

# Dívida externa — afinal, quanto furtaram?

20 AGO 1984

EM declarações divulgadas antes da convenção do PMDB o Sr Tancredo Neves identificou na dívida externa a causa principal da inflação. As taxas flutuantes dos empréstimos — acrescentou — teriam efeito nocivo sobre a estabilidade dos preços internos. No parecer do eminente líder, a formacópia dos monetaristas não se recomendaria para debelar a crise. Ao manifestar-se mais ou menos na mesma ocasião, o empresário Antônio Ermírio de Moraes disse que as estatais deveriam ser proibidas de contrair dívidas a torto e a direito. Na eventualidade de desejarem ampliar investimentos, teriam que fazê-lo com um mínimo — 40% — de capital próprio.

As palavras das duas destacadas personalidades mostram que se amplia a consciência da nocividade do estatismo. Mas não se elevaram ainda ao tom necessário a levar o povo a expulsar os estatocratas do poder. As críticas permanecem timoratas e contêm excessiva quota de conjunções. A hora prescinde dos **mas**, **contudo** e **todavia**. A prudência não passa, afinal, de qualidade corriqueira; não é uma virtude — como lembrava Jules Renard.

Os brasileiros precisam capacitar-se de que a forma pela qual implantaram a estatização no Brasil é muito mais do que escandalosa. Na verdade, constitui um verdadeiro crime contra a segurança nacional.

Nos últimos anos da década de 40, ouvi o General George Marshall dizer às delegações reunidas em uma Conferência Interamericana, em Bogotá, que a América

Latina não tinha estrutura para receber os recursos de um programa de doações e empréstimos idêntico ao que fora projetado para a Europa, o "Plano Marshall". Aqui em nosso pobre continente, a dinheirama dos imensos créditos não se espalharia em benefício do povo.

O que nos mostraram esses anos transcorridos desde quando estive na Colômbia? Evidenciaram que as palavras do General Marshall permanecem atualíssimas. As estruturas a que se referia o grande homem público eram as de ordem administrativa e política. Na verdade, vemos que não tínhamos também, e ainda não dispomos, do arcabouço moral para servir à coletividade com decência e patriotismo. Triste é dizê-lo! Mas é verdade.

Veja-se o que aconteceu a partir do momento em que os árabes começaram a esguichar dinheiro por todos os lados. Os governos dos países do Terceiro Mundo — América Latina incluída — evaporaram-se **in totum**, quanto à ética, ao meterem a mão nos bilhões de petrodólares postos a circular de súbito e de qualquer maneira por banqueiros ávidos de lucro rápido. As camarilhas aboletadas na direção desses infelizes países chafurdaram em comissões espúrias, com a maior sem-vergonhice e como se a festança fosse durar uma eternidade. O mundo jamais conheceu abjeção igual. A cobiça insaciável dos ocasionais governantes, quase sempre ilegítimos, manifestada no episódio, só é comparável à imensa dimensão da respectiva arrogância.

A galeria dos assaltantes tem retrato de frente e de perfil nos arquivos dos grandes bancos. A nós é impossível conhecê-los. Nos pequenos círculos fechadíssimos da finança internacional, porém, o número das contas deles é perfeitamente sabido.

Aliás, o grande escândalo já veio a público. As melhores revistas de circulação mundial têm publicado que um terço da dívida externa do Terceiro Mundo asilou-se em contas particulares secretas. Agora, uma instituição da respeitabilidade do BIS (Bank for International Settlements) anuncia que cerca de 50 bilhões de dólares — isto mesmo, 50 bilhões — fugiram sorrateiramente da América Latina entre 1978 e 1982. Não é tudo ainda. Os insuspeitos pesquisadores do solene Federal Reserve Board, dos Estados Unidos, acabam de dar como certo que mais de 84 bilhões dos 252 bilhões de dólares do acréscimo da dívida da Argentina, do Brasil, do Chile, do México e da Venezuela, entre 1974 e 1982, agasalharam-se em investimentos no exterior e dissolveram-se (**salted away**) em contas bancárias estrangeiras. A notícia consta de uma reportagem publicada no **The Economist**, de 23 de junho último, ilustrada com um desenho representando um cafajeste de tipo latino, de **robe de chambre**, instalado em apartamento novo, abraçado a uma qualquer marafona e tendo em torno garrafas de champanhe e uma pasta a vomitar dólares.

Ante um quadro desses, dizer que o processo de desestatização comporta o risco de desnacionalizar a econo-

mia é repetir sem cuidado uma velha tese, um clichê da propaganda esquerdista. O Brasil é obrigado a engolir, hoje, os conselhos de técnicos financeiros estrangeiros devido à desordem econômica causada aqui pelas estatais. O estatismo é que empenhou o nosso futuro à agiotagem internacional.

Os capitais estrangeiros que vieram a São Paulo implantar a indústria automobilística não desnacionalizaram o País. A eles devemos, além dos empregos que geraram o PT e os Lula & Cia., o efeito multiplicador que fez surgir centenas de outras indústrias, entre as quais, excelentíssimos srs. nacionalistas, a nossa moderníssima e florescente indústria bélica, totalmente propriedade nacional. A Velha Souza Cruz, a muito mais velha Belgo Mineira, as petrolíferas privadas e outras multinacionais não desnacionalizam a economia. Ajudam a formação de quadros dirigentes nacionais de alto nível. Fecundam incessantemente o capitalismo privado brasileiro. A competência, o rigoroso cuidado em cumprir obrigações fiscais, o trabalho intenso, sem desperdícios, não causam desnacionalização. Mas a roubalheira, a vadiagem, o espaventoso luxo dos que enricam na função pública enodoam, desnacionalizam, empocilgam, enxovalham, conspurcam o meio social e concorrem para a subversão da ordem pública e a desesperança do povo brasileiro.

OTÁVIO TIRSO DE ANDRADE

Jornalista